

Dissertações Defendidas pelos Discentes do PEPG em Economia Política da PUC-SP

Matheus da Silva Fernandes

Título: A regulação financeira sob análise no Brasil e nos EUA

Orientador: Prof. Dr. Ladislau Dowbor – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19897>

Resumo: A presente dissertação tem objetivo de analisar e propor mudanças na regulação financeira sob a ótica marxista-keynesiana, e seu estudo se justifica pela falta do sentido social no funcionamento do sistema financeiro. A partir da década de 1960, o capital fictício passou a se apropriar cada vez mais da economia produtiva. Os paraísos fiscais servem aos indivíduos mais ricos e às grandes corporações ao permiti-los evadir de regras e tributações que, caso contrário, estariam compelidos a cumprir. A crise financeira de 2008 deixou clara a dimensão desses capitais, que passaram a operar arredios da regulação e supervisão financeira e bancária, os permitindo criar novas aplicações financeiras que tornavam instituições não-bancárias equivalentes às instituições bancárias. Para tanto, estes shadow banks se financiavam com depósitos dos clientes e aplicavam em títulos como os CDOs de hipotecas subprime. Quando os mutuários destas hipotecas começaram a calotear, todo o sistema derivado deles sucumbiu e levou consigo toda a economia dos EUA a priori, e mundial em seguida. O Brasil, contudo, se insere na finança mundial de outra forma, pela cobrança das maiores taxas de juros reais do mundo. Esse fato permite aos intermediários financeiros punçar uma relevante proporção da riqueza produtiva das famílias e das empresas, a canalizando para o sistema financeiro. Elevadas taxas de juros também afetam o setor público ao comprometer o orçamento do governo com gastos financeiros à revelia das despesas em educação, saúde e infraestrutura públicas, por exemplo. Cabe aos governos retomar a ordem do setor financeiro, pela aplicação de leis que mantenham o sistema financeiro sobre estrita supervisão, além de ampliar sua abrangência para as inovações criadas recentemente. Devem ser instituídas e elevadas as alíquotas sobre os ganhos de capital e sobre grandes fortunas e regulamentado o crime de usura, estabelecendo um teto para as taxas de juros reais no Brasil.

Matheus Samarone Machado

Título: Investimentos em infraestrutura financiados pelo BNDES e seus impactos sobre o PIB per capita regional do período 2003-2014

Orientador: Profa. Dra. Rosa Maria Marques – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20907>

Resumo: O presente trabalho buscou estimar, por meio de um modelo de dados em painel, os impactos dos investimentos per capita em infraestrutura financiados pelo BNDES sobre o PIB per capita em cada região do Brasil, de modo a comparar os resultados entre as regiões no período 2003-2014. Com o objetivo de analisar diferenças entre seus multiplicadores e suas condições após os investimentos, estimou-se os impactos imediatos e com defasagem de um ano entre os investimentos em infraestrutura e os PIBs per capita nas regiões. Adicionalmente, este trabalho também discute os investimentos em infraestrutura no Brasil, sua história recente, o papel do BNDES em sua promoção e seus efeitos sobre o crescimento econômico.

Fernanda Maria Nogueira Lima

Título: Microcrédito e bancarização no Brasil de 1995 a 2013

Orientador: Prof. Dr. Luiz Moraes de Niemeyer Neto – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20986>

Resumo: O presente estudo teve por objetivo analisar a concessão de microcrédito no Brasil no período 1995-2013 comparando a experiência brasileira com a experiência de Bangladesh. Nas últimas décadas constatou-se um avanço substancial no mercado financeiro com o desenvolvimento de várias ferramentas que contribuem para o incremento do cenário econômico atual. Tal evolução, ao longo do tempo, promoveu um desenvolvimento econômico nacional, além de contribuir para a redução do desemprego e da informalidade nas empresas. Contudo, tem-se ainda uma grande lacuna entre a população de baixa renda e as ferramentas disponíveis, uma vez que é possível observar que o alto custo das operações de crédito para a população, principalmente devido à falta de garantias reais, eleva ainda mais os custos das referidas operações, resultando em um entrave de obtenção do crédito no Brasil e conseqüentemente a inclusão financeira desta população. A bancarização é um dos mecanismos possíveis para inserir a população de baixa renda no sistema bancário e promover uma forma regulamentar que permita que estas pessoas obtenham acesso a um crédito subsidiado, possibilitando o empreendedorismo, a liberação de recursos para investimento e capital de giro, resultando na obtenção de crédito com sustentabilidade e contribuindo para a inclusão financeira e cidadania das classes mais desfavorecidas. No decorrer desta empreitada, a experiência mais bem-sucedida, tanto em termos práticos quanto em termos teóricos, é o caso de Bangladesh, que serviu de escopo para verificar o porquê de mesmo persistindo por vários períodos e políticas econômicas e mesmo com vários governos em períodos distintos, como o caso do período 1995-2013, percebeu-se que as intenções foram frustradas e não obtiveram progressos significativos. Com base na Revolução do Microcrédito fez-se a comparação do caso bem-sucedido de

Bangladesh e a experiência brasileira, por se tratar de países com iniciativas semelhantes de inclusão financeira, serviços públicos de qualidade insuficientes e com problemas ainda anacrônicos nos indicadores socioeconômicos. Conclui-se que apesar de estar em processo de melhoria, ainda não promoveu a inclusão social esperada devido aos altos custos. Logo, os resultados são heterogêneos, onde alguns segmentos apresentam melhorias, e outros, como aqueles de extrema pobreza, o microcrédito agrava ainda mais a situação, promovendo a incapacidade de pagamento e conseqüente endividamento.

João Renato Pepe Filho

Título: Déficit habitacional brasileiro – análise das políticas habitacionais de baixa renda

Orientador: Profa. Dra. Regina Maria d’Aquino Fonseca Gadelha – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21088>

Resumo: A presente dissertação objetiva primordialmente analisar se as políticas habitacionais brasileiras de fato estiveram aderentes à meta de reduzir o déficit habitacional, ou se tão logo passaram a existir, já se desvirtuaram deste objetivo principal. Nesse contexto indaga-se em que medida importaram objetivos secundários, como o controle das massas populacionais, o fortalecimento da propaganda de governo e os benefícios econômicos e sociais decorrentes de tais políticas, em razão da grande cadeia produtiva que envolve o setor da construção civil e dos empregos proporcionados. Não obstante, objetiva analisar também em que medida as desigualdades de renda (baixa distribuição de renda) prejudica a execução de programas habitacionais no Brasil, discutindo soluções que permitam distribuir melhor as riquezas produzidas e destacando alguns fatores que criam dificuldades a isso, como o sistema tributário que é mais direcionado à taxaço do consumo e menos à renda individual. Serão analisadas detalhadamente as principais políticas de habitação popular no Brasil, a começar pelo Sistema Financeiro da Habitação/Banco Nacional da Habitação, para depois aprofundar a análise do Programa Minha Casa Minha Vida – surgimento, ápice e crise.

Leonardo Joaquim Muniz

Título: Atuação do BNDES de 2002 a 2016. Uma visão pós-keynesiana

Orientador: Prof. Dr. Marcel Guedes Leite – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21132>

Resumo: O Objetivo central da pesquisa é analisar os desembolsos do BNDES de 2002 a 2016, bem como analisar se o Banco foi aderente aos conceitos pós-keynesianos de banco de desenvolvimento. O objetivo específico visa esclarecer onde foram direcionados os recursos do BNDES nos diferentes ciclos econômico do período em análise e comparar os desembolsos do BNDES, em relação a atuação dos demais bancos privados.

Vicente Arouche Santos Filho

Título: O capital estrangeiro na área da saúde: uma perspectiva crítica

Orientador: Prof. Dr. Aquilas Nogueira Mendes – PUC/SP

Acesso em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21184>

Resumo: O objetivo desta pesquisa é expor e compreender as implicações da alteração da legislação no que diz respeito a liberação do capital estrangeiro no setor público da saúde. A política de saúde foi moldada a partir da Constituição de 1988 para atender a todos os brasileiros e sofreu diversas alterações ao longo dos últimos 30 anos, em que o gasto público foi sendo superado pelo gasto privado com a introdução da regulamentação dos planos de saúde e com a permissão da presença de capital estrangeiro nessa área, além da existência de problemas de subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) pelos mecanismos orçamentários que priorizam o pagamento dos juros da dívida pública. Este trabalho expõe o processo de desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil que pode ser entendido como o cenário para a identificação dos problemas da implantação do SUS e para o crescimento do setor privado na área da saúde. O foco de análise desse trabalho refere-se à introdução da Lei Federal 13.097 que permite o ingresso do capital estrangeiro da área de assistência à saúde no país, evidenciando as controvérsias acerca de sua introdução.

Ana Carolina Aguiar Penha

Título: Política de inovação para o setor mineral no Brasil e na Suécia: um estudo comparativo centrado na interação entre universidade, empresa e governo

Orientador: Prof. Dr. João Batista Pamplona – PUC/SP

Ricardo de Angelis Colli

Título: A tributação das grandes fortunas como fonte adicional para o subfinanciamento da saúde pública no Brasil

Orientador: Prof. Dr. Aquilas Nogueira Mendes – PUC/SP

Valder Jadson Costa Alves

Título: Desenvolvimento e dependência no Brasil: da república ao neoliberalismo

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos de Moraes – PUC/SP